PARECER TÉCNICO CONTÁBIL

Assunto: Análise Técnico-Contábil do Projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA) 2026–2029

Interessado: Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio/ES

Órgão de Origem: Gabinete do Prefeito

Relator: Controle Interno / Contabilidade Pública

1. Objeto

O presente parecer tem por finalidade analisar, sob o ponto de vista técnico-contábil e em atendimento à legislação vigente, o Projeto de Lei do Plano Plurianual 2026–2029, encaminhado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo Municipal.

2. Fundamentação Legal

- Constituição Federal de 1988, art. 165, §1º;
- Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), arts. 1º, 4º e 16;
- Lei Orgânica Municipal;
- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16 – CFC).

3. Aspectos Técnicos-Contábeis

3.1 Estrutura e Compatibilidade

Consta do projeto que a execução do PPA será compatibilizada com a LDO e a LOA de cada exercício, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

3.2 Consolidação e Programas (Órgãos do PPA 2026–2029)

- Câmara Municipal de Afonso Cláudio
- Gabinete do Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO
Estado do Espírito Santo

- Procuradoria Jurídica
- Secretaria Municipal de Infraestrutura
- Secretaria Municipal de Planejamento
- Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação
- Secretaria Municipal de Administração
- Secretaria Municipal de Finanças
- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Saúde
- Secretaria Municipal de Agricultura
- Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
- Unidade Central de Controle Interno

3.3 Indicadores e Metas

Os indicadores foram apresentados junto a cada programa, definindo metas progressivas para o período 2026–2029, assegurando transparência e condições de monitoramento.

3.4 Valores Financeiros

Os valores são apresentados em R\$ correntes, projetados para os anos de 2026 a 2029, tendo caráter estimativo e previsão de atualização automática quando da apresentação da LOA.

4. Análise de Conformidade

O PPA respeita as normas legais e contábeis, está estruturado em programas com metas e indicadores, e prevê revisão anual ou por lei específica, conforme art. 165, §8º da Constituição Federal.

5. Conclusão

Após análise contábil, o Projeto de Lei do PPA 2026–2029 mostra-se regular e apto para aprovação pela Câmara Municipal de Afonso Cláudio.

Sugere-se:

1. Monitoramento periódico dos indicadores e metas;
2. Compatibilização anual com LDO e LOA;
3. Acompanhamento da execução física e financeira pelo Legislativo.

Afonso Cláudio/ES, 29 de setembro de 2025.

Alessandro Rodrigues Gomes
Contador – CRC/ES nº 11664 – Mat. 1355
Controle Interno